



■ PLANO VAI ADEQUAR CIDADE ÀS QUESTÕES URBANÍSTICAS E AMBIENTAIS E GDF PODERÁ COMEÇAR OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

Mais mudanças na Estrutural

Vanessa Marques

Moradores de chácaras na Vila Estrutural que ocupam áreas próximas ao Córrego Valo, afluente do Córrego Vicente Pires — que desemboca no Lago Paranoá —, terão que deixar a região nos próximos meses. As construções de madeirite e tijolos serão demolidas e a extensão próxima ao córrego, cercada. As medidas fazem parte do Plano de Desenvolvimento Local Integrado da Vila Estrutural — que vai adequar a cidade às questões urbanísticas e ambientais —, divulgado ontem, com exclusividade, pelo **Jornal de Brasília**.

A primeira etapa do estudo — feito por técnicos da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Cobrape) — será entregue em 14 de setembro à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh). Após avaliação do corpo técnico da Agência Reguladora de Águas e Saneamento (Adasa), Seduh e Agência de Desenvolvimento Social (ADS), as ações de derrubadas propostas serão iniciadas. Com a remoção dos moradores que vivem próximos ao Córrego Valo e de 1.350 famílias, que ocupam lotes em áreas ambientais ou que infringem o plano urbanístico, o governo poderá iniciar as obras de infra-estrutura. Os moradores serão instalados

em lotes vazios na Vila Estrutural. A escassez de terrenos vazios deve obrigar o GDF a construir prédios residenciais com, no mínimo, dois andares para que a população fique na região.

Hoje, cerca de 150 pessoas moram em 21 chácaras na Vila Estrutural e serão removidas para outras áreas rurais no DF. A Secretaria de Agricultura vai avaliar a situação dos moradores para definir os critérios para relocação das famílias para áreas de interesse social rural. O estudo revela que toda área não pode ser habitada sob o risco de contaminar de forma irreversível às águas do Lago Paranoá.

■ Degradação ambiental

Técnicos da Cobrape, contratados, em maio, pelo GDF, por licitação, para desenvolver o projeto, dizem que a intenção é impedir que o terreno sofra mais degradações ambientais e que o solo próximo à nascente seja contaminado pela ocupação desordenada e irregular na região.

As obras de infra-estrutura serão implementadas com recursos do Banco Mundial. Inicialmente, o GDF vai resolver o problema do esgotamento sanitário, água, drenagem das ruas e implementação da rede de águas pluviais na Vila. Os problemas da coleta irregular de lixo, falta de pavimentação

asfáltica e iluminação serão resolvidos com o início da implementação estrutural urbana na área.

Segundo Sergei Fortes, coordenador do projeto da Cobrape, o GDF estuda formas para antecipar o início das obras previstas para março de 2007. "Estamos trabalhando para concluir o PDL Integrado da Vila Estrutural com agilidade. Essa etapa é decisiva para garantir melhor condições de vida à população", afirmou.

A dimensão máxima e mínima dos terrenos continua sendo objeto de análise pela Seduh. É o principal ponto em discussão. No estudo, a Cobrape sugeriu que sejam limitados entre 90 a 150 metros quadrados já que a área é de interesse social, ou seja, destinada a abrigar famílias de baixa renda. Em algumas regiões, moradores dispõem de áreas de até mil metros quadrados.

Priscila Dourado dos Santos, 18 anos, mora na Área Especial 1/2, conjunto I, com os dois filhos. No local, os moradores não têm energia elétrica e água encanada. Eles sobrevivem por meio de gambiarras que fornecem água e luz para os barracos. Os lotes deverão ser desocupados. "O estudo devolve parte da nossa esperança. Torço para que o levantamento seja concluído em breve. Assim, poderei ser removida para uma área melhor", confessa Priscila.